

ESTUDOS CULTURAIS: UM CAMPO FÉRTIL NA CONTEMPORANEIDADE

Nara Cristine Thomé Palácios Cechella
Nathalia Santos da Costa
Fábia Barbosa Pedro
Alessandro Varela dos Santosⁱ

RESUMO

Fruto de um minicurso sobre os Estudos Culturais, o **objetivo** deste artigo é apresentar à comunidade Ibero-Americana presente neste Congresso, os Estudos Culturais em Educação, embasado no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Luterana do Brasil (ULBRA), cuja proposta “visa à qualificação de professores e profissionais de várias áreas para examinar os processos educativos, o trabalho docente, o currículo e as variadas práticas pedagógicas e civilizatórias considerando-as campos em que estão em jogo múltiplos elementos implicados em relações de poder, compondo os terrenos das políticas culturais”, ou seja, alguns conceitos e discussões que tratam de estudos multidisciplinares da cultura na sociedade contemporânea e as possíveis análises pela ótica deste campo do saber. Para embasar as discussões acerca dos conceitos utilizados nos Estudos Culturais, tomou-se como **referencial teórico**, dentre muitos que contribuíram com os estudos, os autores Stuart Hall e Paul Du Gay, tornando possível construir elos de pensamentos quando se percebe que a cultura é o eixo central de todas as discussões neste campo de estudos, o qual contempla indagações não no sentido de obter uma resposta pronta e acabada, mas sim, de construção de um discurso narrativo, que visa à problematização, questionamento e alargamento de pensamento sem a necessidade de um ponto final. Para melhor compreensão da temática, **metodologicamente** optou-se por dividir o minicurso em dois momentos: 1) apresentação do campo dos Estudos Culturais em Educação – ibero-(latino)americano: um panorama sobre a centralidade da cultura (que campo é esse, quais pesquisas e em quais direções as pesquisas vêm sendo realizadas na educação) e 2) Apresentação das ferramentas e conceitos que têm sido utilizados em pesquisa no campo dos Estudos Culturais em Educação (possibilidades e escolhas de artefatos culturais em espaços educativos). O minicurso, assim como o Programa, teve seu enfoque teórico-conceitual articulando cultura e educação, que usa como *corpus/corpora*, diversos campos de investigação, chamados de “artefatos da cultura (filmes, jornais, revistas, fotografias, músicas, peças publicitárias, programas de rádio e televisão, livros etc.) como dispositivos normativos (leis, retóricas, teorias, currículos, métodos, modas, programas de saúde pública, políticas ambientais, códigos religiosos, tradições, disciplinas escolares, etc.) e práticas culturais (alimentação, leitura, esporte, mercantilização, consumismo, cuidados corporais, etc.), entre tantas outras manifestações que vêm constituindo campos fecundos para a análise e a reflexão em educação.” Como **resultado** e **considerações finais** das discussões, pretende-se que este leitor seja levado a discutir sobre o tema com propriedade, identificando com mais clareza quais são os conceitos utilizados nas análises culturais em educação, podendo ser mais bem compreendido entre a sociedade ibero-americana, solidificando-se entre as pesquisas do meio acadêmico. A partir da leitura sobre a origem dos Estudos Culturais e autores que o embasam pode-se ter melhor compreensão do significado dos EC que não se definem como um conceito único, mas sim, um campo plural em que múltiplas vertentes e disputas são construídas, sem limites e barreiras para o desenvolvimento do conhecimento, pois a característica comum nos EC consiste em que é na cultura que as coisas são construídas, podendo ser analisado um mesmo eixo sob diferentes vertentes: social, cultural, antropológica, sem perder o foco, agregando mais valor simbólico às relações humanas e aos artefatos culturais produzidos por elas.

Palavras-chave: Educação; Estudos Culturais; Circuito da Cultura; Artefatos Culturais; Espaços Educativos.

UMA BREVE INTRODUÇÃO

As discussões sobre os Estudos Culturais, doravante EC, tratam de um campo de estudos multidisciplinar de aspectos culturais da sociedade contemporânea, sendo que uma das preocupações deste campo é o olhar sobre a transformação social e cultural e como está acontecendo uma intervenção nestas questões fornecendo uma discussão politizada, de forma a fazer diferença na cultura, sendo a mesma considerada mutável e renovável.

Este artigo, portanto, tem como objetivo ser mais um aporte a todos àqueles que tiverem interesse em conhecer de que tratam os EC, que campo é esse e quais as abordagens contemporâneas são possíveis de serem analisadas pela ótica deste campo do conhecimento. Para que o leitor consiga fazer uma leitura proficiente e ter esclarecidos alguns conceitos básicos, usaremos uma metodologia bastante simples: trataremos de expor algumas informações, iniciando pelos precursores dos EC – dos europeus aos latino-americanos –, de que forma os conceitos deste campo podem ser articulados entre si e alguns dos possíveis artefatos culturais que podem ser analisados pelo viés dos EC.

Um campo fértil

O campo dos EC nasceu de forma organizada, por meio do *Center for Contemporary Cultural Studies* (CCCS), diante da alteração dos valores tradicionais da classe operária da Inglaterra do pós-guerra e teve Richard Hoggart como seu fundador, em 1964. O Centro surge ligado ao *English Department*, da Universidade de Birmingham, constituindo-se centro de pesquisa de pós-graduação desta mesma instituição. Então, mais dois nomes passam a ser identificados como co-precusores dos EC: Raymond Williams e E. P. Thompson.

De acordo com os estudos e pensamentos de Hoggart, Williams e Thompson, as relações entre a cultura contemporânea e a sociedade, isto é, suas formas culturais, instituições e práticas culturais, como também, suas relações com a sociedade e mudanças sociais, compunham o eixo de pesquisa nesta área. Duas situações históricas foram determinantes para o surgimento dos EC. Segundo Costa, Silveira e Sommer (2003), a crise no império britânico e o surgimento de novas formas culturais, em detrimento do consumo capitalista, como a TV, a publicidade, as bandas de rock, jornais e revistas de grande tiragem.

O texto escrito por Costa, Silveira e Sommer (2003) diz que “desde seu surgimento, os EC configuram espaços alternativos de atuação para fazer frente as tradições eletistas que persistem exaltando uma distinção hierárquica entre *alta cultura* e *cultura de massa*, entre *cultura burguesa* e *cultura operária*, entre *cultura erudita* e *cultura popular*.” (COSTA, SILVEIRA e SOMMER, 2003, p. 37. Grifos dos autores.)

Desde seu início, o campo dos EC é marcado por grandes mudanças sociais e pelo envolvimento político de seus membros. Embora não seja citado

como membro do trio fundador, o jamaicano Stuart Hall teve importante participação na formação dos EC britânicos. Ao substituir Hoggart na direção do Centro, de 1968 a 1979, incentivou a investigação de práticas de resistência de subculturas e de análises dos meios massivos, identificando seu papel central na direção da sociedade politizada.

A cultura, sob o ponto de vista anterior às pesquisas desenvolvidas dentro da proposta dos EC, era considerada como um fator de hierarquização da sociedade. A cultura era uma forma de distinção entre a alta cultura e a cultura popular, porém aos olhos dos EC, ela pode ser definida como sistemas de signos e significados criados pelos grupos sociais.

Stuart Hall e a o conceito de Identidade

É mister registrar a importância de um dos grandes ícones do campo dos EC, falecido em 2014, o já citado Stuart Hall (1932-2014). Jamaicano radicado na Inglaterra, a partir de 1951, foi um dos principais articuladores do *Center for Contemporary Cultural Studies* (CCCS), quando os estudos de Hall passaram a refletir o deslocamento das estruturas e do cerne da sociedade, assim como a estabilidade das identidades no mundo social. Hall falava sobre as identidades como algo não permanente, que não se trata de algo fixo, idêntico-a-si-mesmo através do tempo, mas sim, como um processo de identificação. A abordagem discursiva vê a identificação como uma construção, como um processo não completo:

A identidade não assinaia aquele núcleo estável do eu que passa, do início ao fim, sem qualquer mudança, por todas as vicissitudes da história. Esta concepção não tem como referência aquele segmento do eu que permanece, sempre e já, mesmo, idêntico a si mesmo ao longo do tempo. Do ponto de vista do “eu coletivo”, nacional, não há um eu coletivo capaz de estabilizar, fixar ou garantir o pertencimento cultural ou uma unidade imutável que se sobrepõe a todas as outras diferenças [...] As identidades estão sujeitas a uma historicização radical (HALL, 2014, p. 108).

Afirma ainda que, embora a identidade esteja relacionada a “pessoas que possuem alguma semelhança”, “preferem a mesma coisa”, estes são poucos indícios para conceituar a identidade.

A unidade, a homogeneidade interna que o termo “identidade” assume como fundacional não é uma forma natural, mas uma forma construída de fechamento: toda identidade tem necessidade daquilo que lhe “falta” – mesmo que esse outro que lhe falta seja um outro silenciado e inarticulado (HALL, 2014, p. 110).

Hall expõe sobre as transformações culturais que estão em processo com o desenvolvimento das tecnologias, com o crescente processo de comunicação, a expansão da indústria cultural e sua participação no funcionamento dos aspectos sociais, abordando criticamente a “centralidade da culturaⁱⁱ”.

Dois conceitos articulados: Identidade e Diferença

Questões pertinentes à identidade, a qual é marcada pela diferença, é cerne nas discussões dos EC. A identidade é relacional, pois sua existência depende de algo que lhe é externo e é marcada por símbolos relacionados a outras identidades. A identidade seria, então, não um fato natural, mas algo que depende dos diferentes contextos sociais compartilhados, com diferentes significados sociais. Ou seja, as identidades são as posições que o indivíduo assume diante do grupo social em que se encontra inserido. Por isso, a identidade assume caráter mutante, fluido.

Dentro de todos nós, há identidades contraditórias, empurrando em diferentes direções, de tal modo que nossas identificações estão sendo continuamente deslocadas. A identidade plenamente unificada, completa, segura e coerente é uma fantasia. Ao invés disso, à medida em que os sistemas de significação e representação cultural se multiplicam, somos confrontados a identificar por uma multiplicidade desconcertante e cambiante de identidades possíveis, com cada uma das quais poderíamos nos identificar – ao menos temporariamente (HALL, 2014, p. 12)

Três concepções de Identidade

Stuart Hall (2014) faz considerações a respeito de três indivíduos identitários. O autor aponta também três diferentes concepções de identidade: a do “sujeito do Iluminismo”, onde a identidade do indivíduo constituía-se em seu “eu” central; a do “sujeito sociológico”, onde o núcleo interior do sujeito era formado na relação com outras pessoas de importância para ele, e a do “sujeito pós-moderno”, que não teria uma identidade “fixa, essencial ou permanente”, porque haveria dentro de cada indivíduo “identidades contraditórias, empurrando em diferentes direções”, sendo, portanto, identidade algo definido historicamente.

Segundo o autor, falamos que o sujeito iluminista é centrado na razão, nascendo e permanecendo basicamente o mesmo ao longo de sua existência, autônomos, racionais e, portanto, autoconscientes. O sujeito sociológico reflete a complexidade do mundo moderno, sendo consciente, que seu núcleo interior não é autônomo, mas sim, formado na relação com outras pessoas. Hall sustenta que o sujeito sociológico surge a partir do momento em que se dá conta do quanto somos formados, subjetivamente através de nossa participação nas relações sociais. Para ele (*Op. cit.*, 2014, p. 11), “O sujeito ainda tem um núcleo ou essência interior que é o “eu real”, mas este é formado e modificado em um diálogo contínuo com os mundos culturais “exteriores” e as identidades que esses mundos oferecem”.

Como teoriza Hall (2014), as profundas transformações nas identidades pessoais são provocadas pelas profundas transformações das sociedades ocidentais contemporâneas. Hall entende esse processo de “perda de sentido de si” no indivíduo como “deslocamento ou descentração do sujeito”. Da descentração do sujeito, tanto de seu lugar no mundo social e cultural quanto de si mesmo, abre-se o caminho da “crise de identidade” para o indivíduo. No viés dessa teorização, o autor afirma que a identidade permanece sempre em processo e contínua transformação.

Para ele (*Op. cit.*, 2014), as consequências sobre as identidades culturais são produzidas pela globalização: a desintegração das identidades nacionais; o reforço de identidades nacionais, locais ou particulares pela resistência à globalização; o surgimento de novas identidades, consideradas híbridas, tomando o lugar das identidades nacionais em declínio. Assim, têm-se novas formas de entendimento das relações sociais e culturais e das novas formas de identidade na pós-modernidade.

Woodward (2014) ilustra questões relacionadas às identidades constituídas na diferença, pela simbologia e, principalmente, pelo social. Propõe que o caráter histórico faz com que a identidade seja processual e interpelada pelas múltiplas práticas discursivas ou representações existentes em um mesmo indivíduo, trazendo à tona mudanças sociais.

Vale lembrar que ela (*Op. cit.*, 2014, p. 14) considera o indivíduo como fragmentado, pertencendo a identidades diferentes, que “não são unificadas”, criando, dessa forma, “contradições no seu interior que têm que ser negociadas”.

A mesma autora destaca que há duas perspectivas utilizadas nas questões de identidades: a essencialista e a não essencialista, sendo que a primeira tem o olhar sobre a identidade como homogênea (geralmente ligada à etnia, às questões biológicas e à nacionalidade), partilhada por todos do grupo, não sofrendo nenhum tipo de alteração; a segunda direciona-se à identidade como processo, sofrendo alterações e marcada pela diferença.

Representação

A relação entre o sujeito e a constituição de sua identidade dá-se por meio do estabelecimento de representações, que podem ocorrer em diversas instâncias e locais de interações sociais. Silva (2014) fala sobre a imbricação da identidade com a diferença, constituída como produtos do uso da linguagem. Utiliza para fundamentar essa imbricação, o conceito de signo de Saussureⁱⁱⁱ. Explica que, para o entendimento deste conceito no qual se define –, por exemplo, o signo ‘vaca’ –, é necessário a sua repetição por todos os falantes e a relação com os outros signos. O fato de falar utilizando o signo ‘vaca’ não corresponde completamente ao símbolo que representa o animal “vaca” e depende da relação com os outros signos, tornando a língua instável e indeterminada. Sendo assim, a diferença e a identidade também adquirem as características de instável e indeterminada, atribuídas à língua, por serem atos de criação linguística.

Em outras palavras, a língua não passa de um sistema de diferenças. Reencontramos, aqui, em contraste com a ideia de diferença como produto, a noção de diferença como a operação ou o processo básico de funcionamento da língua e, por extensão, de instituições culturais e sociais como a identidade, por exemplo. (SILVA, 2014, p. 78).

Outro ponto a ser considerado é que as identidades, assim como as variantes lingüísticas, e até mesmo os signos linguísticos, são impostas por serem consideradas como normais, contrapondo-se com o anormal que é marcado negativamente.

Situações relativas às identidades consideradas normais ou anormais, segundo Silva (2014), refletem em elementos como o sincretismo, a miscigenação, o

“travestismo” e fornece o chamado terceiro espaço, no qual é possível o questionamento das identidades hegemônicas, por serem marcadas pela diferença. Dessa forma, a identidade diáspora pode forçar a criação desse terceiro espaço. O processo de escravidão, disseminando a crioulização de línguas, de miscigenação entre os povos e suas culturas são exemplos de identidades.

Sinteticamente, pode-se dizer que a representação é o meio pelo qual o indivíduo pertence a um grupo, por meio do qual cria símbolos que significam e dão sentido à experiência humana. Woodward explica que:

A representação inclui as práticas de significação e os sistemas simbólicos por meio dos quais os significados são produzidos, posicionando-nos como sujeito. É por meio dos significados produzidos pelas representações que damos sentido à nossa experiência e àquilo que somos. (WOODWARD, 2014, p. 17).

Hall (2014) diz que a representação é peça fundamental do processo pelo qual o significado é produzido e intercambiado entre os membros de uma cultura.

Outras questões como as relacionadas ao multiculturalismo são enfatizadas nos textos de Hall. Temas relacionados a questões raciais, etnias e nacionalidades, prevalecem em suas abordagens. Em um mundo que é permeado pela globalização cultural, assuntos relativos à questão da identidade possuem um viés de mistura cultural, racismo biológico e hibridismo. Hall (2013) destaca os discursos de identidade negra diante do racismo com suas múltiplas raízes nas esferas: política, social, econômica e cultural. Enfoca a natureza intrinsecamente hibridizada de toda a identidade e, em especial, das identidades diaspóricas.

Cabe aqui destacar o debate sobre o que seria o termo “multicultural” e seus multiculturalismos. O autor enfatiza que, apesar de o termo ser usado no mundo inteiro, não

significa que seu significado seja claro, porém, “na falta de conceitos menos complexos que nos possibilitem a refletir sobre o problema, não resta alternativa senão continuar utilizando e interrogando esse termo.” (HALL, 2013, p.56).

A discussão parte da compreensão do que significaria o termo “multicultural” e o que significaria o termo “multiculturalismo”. Segundo o autor, multicultural é uma sociedade na qual em seu interior convivem comunidades culturais distintas e os problemas governamentais que, por esta convivência aparecem. Ou seja, o termo multicultural relaciona-se às características sociais e problemas de governabilidade, apresentados por sociedades com diferentes comunidades culturais.

Hall (2013) buscou na história da Grã-Bretanha fundamentos onde constatou que ela foi centro de um grande império, produzindo culturas diferentes. Hall destaca que o termo “raça”, na conjuntura dessa sociedade, havia sido designado a afro-caribenhos e asiáticos. Em suas pesquisas, observou uma etnicidade em asiáticos, pensamentos culturais e religiosos diferentes, o que o levou à conclusão de que em muitos locais, o indivíduo não é excluído por ser considerado de alguma “raça” que, todavia seria uma “construção política e social. Segundo o autor, raça “é a categoria discursiva em torno da qual se organiza um sistema de poder socioeconômico, de exploração e exclusão – ou seja, o racismo” (HALL, 2013, p. 76). Neste caso, o indivíduo é excluído por sua etnicidade, a qual “gera um

discurso em que a diferença se funda sob características culturais e religiosas” (*Op. cit.*), contrapondo-se à raça.

Uma vez compreendida a identidade calcada na diferença, é possível o entendimento de que cada identidade é própria e constituída na hibridização, no movimento de articulação, portanto, não é acabada, completa, mas provisória.

Diante dessas referências, é consensual que não existem garantias nas identidades pós-modernas, sejam elas sexuais, étnico-raciais, de gênero ou de classe social. Cabe analisar que existem pluralidades, antagonismos e conflitos em deslocamentos identitários que procuram cruzar fronteiras de lugares fixados nas relações multiculturais.

Quanto aos EC na América Latina, segundo COSTA, SILVA e SOMMER (2003), passam por discussões de processos e artefatos culturais do seu povo e se consolida com os estudos de alguns autores, quais sejam: Jesús Martín-Barbero, Néstor García Canclini e outros.

Artefatos Culturais e o Circuito da Cultura: imbricações possíveis

Para os EC, o significado de um artefato cultural não está nele próprio, é provisório e construído socialmente, através das interações sociais e das relações que ele produz com o consumo e com os demais processos culturais, como a representação e a regulação. Para compreender essa rede de correlações, Paul Du Gay *et. al.* (1997) desenvolveu um esquema conceitual sobre os significados atribuídos aos artefatos culturais, nomeando-o de “Circuito da Cultura”. Segundo o esquema conceitual, “para se obter uma plena compreensão de um texto ou artefato cultural, é necessário analisar os processos de representação, identidade, produção, consumo e regulação” (WOODWARD, 2014, p. 68). Uma vez que se trata de um circuito, é possível começar em qualquer ponto, sendo que não se define por um processo linear ou sequencial; já que suas etapas estão ligadas entre si.

No circuito, a representação diz respeito aos sistemas simbólicos (verbais, visuais, materiais etc.), que produzem significados sobre o mundo, incluindo identidades e diferenças. Por meio das representações, os artefatos culturais sofrem efeitos e há a regulação da vida social, assim como sobre as identidades a eles associadas e sobre a articulação entre sua produção e seu consumo.

O circuito da cultura permite ao pesquisador observar que não há uma predeterminação de como se deve iniciá-lo, porém, todos os processos de circulação são interconectados. Cabe salientar que não se sabe o significado dos EC, ele surge como um meio diferenciado de construir e desenvolver o conhecimento acadêmico, comumente chamado de científico.

Ao nos depararmos com o texto de Stuart Hall (1997), *A centralidade da cultura: notas sobre as revoluções culturais do nosso tempo*, começamos a construir elos de pensamentos ao notarmos que a cultura é o eixo central de todas as discussões no campo dos EC; discussões essas que não contemplam indagações diretas, simples, no sentido de obter uma resposta pronta e acabada, mas sim, de construção de um discurso narrativo, que visa à problematização, questionamento e alargamento de pensamento sem a necessidade de um ponto final.

Se “a cultura é vista como uma instância simbólica da produção e reprodução da sociedade” (CANCLINI, 2007), a passagem de um entendimento de

cultura como “coisa” para “processo”, e que esta não pode ser pensada como parada no tempo, apática às ações da sociedade, demonstra que a cultura abarca o conjunto de processos sociais de produção, circulação e consumo da significação na vida social.

Desde seu surgimento, os EC estão vinculados à cultura ou à dimensão cultural das coisas. Ele não se compõe de conceitos e pensamentos fixos, mas sim, de argumentos maleáveis que possam fluir dentro de diferentes conjunções.

Embasando em Restrepo (2012), podemos considerar que os EC se enquadram em tudo aquilo que seus praticantes assim consideram pertinentes, não há um campo do conhecimento que não possa ser analisado perante a ótica dos EC; análises estas que são situadas nos contornos deste campo teórico e escapa da forma fundacional das coisas.

Reflexões Finais

A partir das considerações explicitadas anteriormente, podemos ter melhor compreensão do significado dos EC, bem como articular outros eixos de pensamento, os quais ficam embasados nas especificidades de cada campo do conhecimento.

Não há um conceito único e uniforme para definirmos os EC, pois ele é um campo plural em que múltiplas vertentes e disputas são construídas, sem limite e barreiras para o desenvolvimento do conhecimento.

A característica comum neste campo do conhecimento consiste em que é na cultura que as coisas são construídas. Os significados, discursos sociais, as narrativas históricas e culturais, bem como a ciência, enquanto conhecimento científico.

O diferencial entre os demais campos do conhecimento e os EC é que este pode ser considerado transdisciplinar. Podemos analisar um mesmo eixo sob diferentes vertentes: social, cultural, antropológica, sem perder o foco, ao contrário, agregando mais valor simbólico às relações humanas e aos artefatos culturais produzidos por elas.

Os EC quebram o paradigma do binarismo, algo não precisa ser isto ou aquilo; ele alarga os limites da produção do conhecimento, tanto no que tange aos meios de acesso a estas produções culturais, quanto na relação dos artefatos com seu público.

A relação do indivíduo com o artefato cultural e que vai atribuir os significados, é, portanto, relacional, está intrínseco à nossa definição de cultura:

Podemos, portanto, afirmar que estamos imersos em um ‘mar’ de significados, em um processo constante de dar e receber, em uma cultura. Usamos linguagens e conceitos para entender o que acontece, o que é novo para nós, tentando compreender o mundo, fazê-lo ter

sentido. Segundo Du Gay (1997, pág. 8), não podemos fugir a este círculo de significados, nem nos livrarmos da cultura que nos faz sermos interpretativos.

Referências:

CANCLINI, Nestor Garcia. **A cultura extraviada nas suas definições.** In: _____. Diferentes, desiguais e desconectados: mapas da interculturalidade. 2. ed. Rio de Janeiro: UERJ, 2007, p. 35-53.

COSTA, Marisa V.; SILVEIRA, Rosa M. H.; SOMMER, Luís H. **EC, educação e pedagogia.** Revista Brasileira de Educação. Campinas, nº 23, p. 36-61, maio/jun./jul./ago 2003. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbedu/n23/n23a03.pdf>

DU GAY, Paul *et. al.* **Doing Cultural Studies:** The story of the Sony Walkman. London: Sage, 1997 (Versão traduzida).

HALL, Stuart. **A centralidade da cultura:** notas sobre as revoluções de nosso tempo. Educação & Realidade. Porto Alegre, v. 22, nº 2, p. 15-46, jul./dez. 1997. Disponível em: www.ufrgs.br/neccso/word/texto_stuart_centralidadecultura.doc

_____. **A Questão Multicultural.** In: SOVIK, LIV (org.). Da Diáspora: Identidades e Mediações Culturais. Belo Horizonte: UFMG, 2013, p. 56-109.

_____. **A identidade cultural na pós-modernidade.** Stuart Hall. (Tradução de Tomaz Tadeu da Silva e Guacira Lopes Louro) 11. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2011.

_____. **Quem precisa de identidade?** In: SILVA, Tomaz Tadeu (org.). Identidade e Diferença: a perspectiva dos EC. 14 ed. Petrópolis: Vozes, 2014, p. 103-133.

RESTREPO, Eduardo. **Estudios Culturales y Educación:** posibilidades, urgencias y limitaciones. In: SARAIVA, Karla; MARCELLO, Fabiana de Amorim (Orgs.). EC e Educação: desafios atuais. Canoas: ULBRA, 2012, p. 87-100.

SILVA, Tomaz Tadeu da. **A Produção Social da Identidade e da Diferença.** In: SILVA, Tomaz Tadeu (org.). Identidade e Diferença: a perspectiva dos EC. 14. ed. Petrópolis: Vozes, 2014, p. 73-102.

WOODWARD, Kathryn. **Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual.** In: SILVA, Tomaz Tadeu (org.). Identidade e Diferença: a perspectiva dos EC. 14. ed. Petrópolis: Vozes, 2014, p. 7-72.

ⁱ Mestrandos do PPGEDU, ULBRA, *Campus* de Canoas, RS – Estudos Culturais em Educação. Nara Cristine Thomé Palácios Cechella – Professora efetiva da rede estadual catarinense e docente universitária, formada em Letras (Orientada pela Profa. Dra. e Livre Docente Marisa Vorraber Costa – UFRGS-ULBRA); Nathalia Santos da Costa – Museóloga (Orientada pela Profa. Dra. Maria Angélica Zubaran); Fabia Pedro Barbosa – Pedagoga e Contadora de Histórias (Orientada pela Profa. Dra. Iara Bonin); Alessandro Varela dos Santos – Jornalista e Historiador (Orientado, também, pela Profa. Dra. e Livre Docente Marisa Vorraber Costa – UFRGS-ULBRA).

ⁱⁱ Expressão que aparece no texto *A centralidade da cultura: notas sobre as revoluções culturais do nosso tempo*, de Stuart Hall, designado para indicar “a forma como a cultura penetra em cada recanto da vida social contemporânea, fazendo proliferar ambientes secundários, *mediando* tudo.” (Hall, 1997, p. 5).

ⁱⁱⁱ Ferdinand de Saussure é reconhecido na área da Semiologia. Filósofo suíço, é um dos nomes proeminentes da área da Linguística, como ciência da língua(gem).